

Sindieletro defende transparência e amplo debate sobre o Odontológico

Foto: Benedito Maia

A implantação de um programa odontológico é uma reivindicação antiga dos trabalhadores e por isso o sindicato entende que é necessário construir um programa de boa qualidade e que atenda a toda a categoria para que as expectativas não sejam frustradas

Durante todo o mês de agosto, representantes da Forluz e da Odontoprev, empresa escolhida para gerenciar o Subprograma Odontológico, têm feito reuniões com os trabalhadores para explicar a cobertura que os participantes do PSI terão direito. Mas muita coisa não está sendo falada, principalmente que o programa odontológico pode ser melhor do que está sendo proposto.

Para evitar justamente o que está acontecendo – a tentativa de implantação de um programa que atende apenas parte da categoria – o sindicato solicitou à Forluz, em maio, a apresentação do desenho do odontológico para que pudesse discuti-lo com os trabalhadores. Somente em 1º de agosto, a diretoria da Fundação atendeu ao pedido. Com isso, escondeu informações importantes e inviabilizou a discussão com a categoria de qual o melhor progra-

ma Odontológico poderia ser adotado.

Após a apresentação, a diretoria da Forluz deixou clara a intenção de aprovar o Subprograma Odontológico no Conselho Deliberativo da Fundação e só depois – quando não seria possível qualquer alteração na proposta – apresentar aos trabalhadores. O Sindieletro, AEA e os membros representantes dos participantes no Comitê do Prosaúde Integrado foram contra por ser essa uma atitude totalmente antidemocrática e prejudicial aos trabalhadores da ativa e aposentados. Além disso, o subprograma que foi apresentado e que a Forluz pretende adotar traz uma série de problemas. Conheça alguns deles.

1) Respeito às regras

Um dos mais graves aspectos é o fato do Subprograma Odontológico não ter sido aprovado no Comitê do PSI, que é o



Com transparência, o sindicato discute o odontológico em reuniões setoriais

órgão máximo do Prosaúde Integrado, conforme está previsto no regulamento e no Acordo Coletivo de Trabalho. Isso abre um precedente para que a Forluz e Cemig alterem de forma unilateral o Plano de Saúde, independente da opinião dos trabalhadores.

2) Custeio

No último extra-acordo ficou definido que o custo do Subprograma Odontológico seria dividido em partes iguais entre os trabalhadores e a Cemig. Porém, da forma como está sendo apresentado, a paridade no custeio será apenas em relação à mensalidade. No pós-pagamento – que é a co-participação em procedimentos mais

caros – o custo integral será do trabalhador.

3) Co-participação

Pode variar entre 0% e 30%. Nos procedimentos mais caros ela será de 30%. Nesses casos, um tratamento no valor de R\$600,00, por exemplo, caberá a cobrança de co-participação no valor de R\$180,00 do participante.

4) Valor do Plano

No extra-acordo também há uma previsão de custeio para o Subprograma Odontológico no valor de R\$10 milhões a serem divididos entre a patrocinadora e os participantes. Outros R\$5,7 milhões viriam de parte do teto do PGE que será transferido para o Odontológico. Desta forma, teríamos R\$15,7 milhões para o Subprograma Odontológico. Contudo, o Subprograma que está sendo oferecido pela Forluz custa R\$11 milhões.

5) Economia

Na realidade, ao invés de garantir o aporte dos R\$10 mi-

lhões previstos no extra-acordo, a Cemig irá dividir apenas R\$5 milhões. Muitos trabalhadores têm questionado se não seria melhor pagar um pouco a mais para ter uma melhor cobertura. Na verdade, empresa está economizando ao oferecer aos trabalhadores um Odontológico que traz coberturas limitadas e ainda uma boa parcela de co-participação. A diretoria do Sindieletro acredita que a redução do preço do Subprograma Odontológico interessa mais à Cemig que aos trabalhadores.

6) Ilegalidade

Outro ponto de divergência é que a Odontoprev exige uma série de radiografias para a perícia antes e após o tratamento para comprovar a execução de procedimento. Existe uma portaria da Vigilância Sanitária que proíbe esse excesso de radiografias por colocar em risco a saúde do paciente. A portaria já foi acolhida pelo Conselho Estadual de Odontologia, mas está sendo ignorada pelas operadoras de planos odontológicos.

chave
GERAL
473 JORNAL DO SINDIELETRO - CUT/FNU
Belo Horizonte, 29/08 a 04/09/2006

**Agência Nacional de Saúde Suplementar
aponta irregularidades no
Subprograma Odontológico**

Leia na página 3

Assessoria jurídica do Sindieletro beneficia trabalhadores

O Departamento Jurídico do Sindieletro iniciou o segundo semestre deste ano com aproximadamente 1.100 causas em andamento, envolvendo um número que atinge 1.345 trabalhadores, que ajuizaram processos individualmente ou em grupo. Deste total, predominam as ações relativas à recuperação de perdas do FGTS ocorridas durante os planos Collor e Verão. Além disso, também são numerosos os processos de equiparação salarial, solicitação de pagamento do adicional por periculosidade, revisão de aposentadorias e pagamentos de horas extras.

“Contra a Cemig, especificamente, temos cerca de 300 ações em andamento, o que pode ser considerado um número alto. A razão deste acúmulo de processos é que a Companhia, apesar

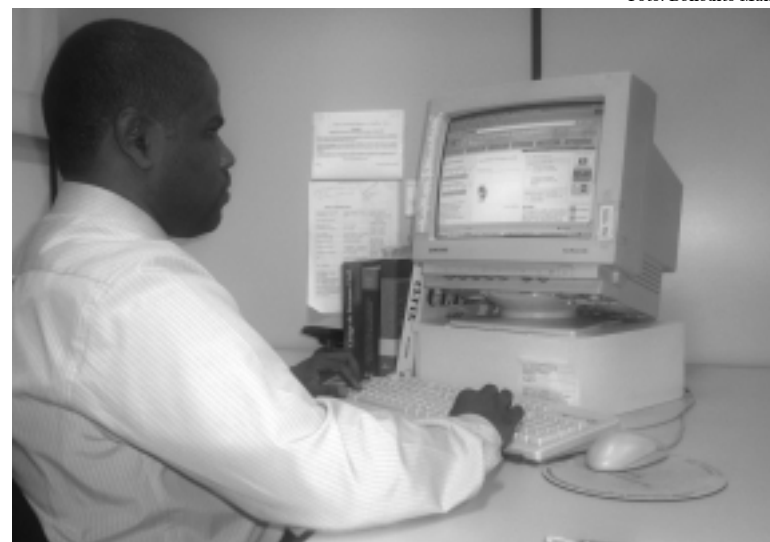
de se definir como uma empresa legalista, sistematicamente desrespeita a lei, sobretudo quando se fala em cumprimento das regras dos Acordos Coletivos”, analisa Rosângela Carvalho, assessora Jurídica do Sindieletro. A maior parte das ações são ajuizadas individualmente e, geralmente, são resolvidas em 2ª ou 3ª instâncias.

A assessora também apontou as vantagens de se procurar a assessoria jurídica do Sindieletro. “Além do baixo custo dos nossos serviços, os advogados do departamento conhecem profundamente as demandas dos eletricitários e são muito comprometidos com a categoria. Muitas vezes, os trabalhadores perdem processos porque contratam profissionais particulares que não são familiarizados com o nosso ramo de atuação”.

Os trabalhadores que tiverem quaisquer dúvidas jurídicas podem procurar o Sindieletro. O plantão de atendimento funciona de segunda a sexta-feira, das 10h às 12h. As consultas são feitas por telefone ou pessoalmente. Para isso, basta ligar para 3238-5002. Os eletricitários também podem acompanhar o andamento de suas ações pela Internet, através do número do processo informado pelo Departamento Jurídico do sindicato.

Acesse:

- www.mg.trt.gov.br (1º e 2ª instâncias)
- www.trfl.gov.br (1º e 2ª instâncias)
- www.tst.gov.br (3ª instância)
- www.stj.gov.br (3ª instância e ações previdenciárias)



O trabalhador pode acompanhar o seu processo pela internet

FALA TRABALHADOR

Quais reivindicações não podem ficar de fora da Pauta este ano?

Fotos: Benedito Maia



Penso que um dos pontos mais importantes da Campanha deste ano é a questão da Avaliação



A principal reivindicação, na verdade, é o aumento real. Temos que conseguir um percentual maior do que

de Desempenho, que tem se mostrado apenas como uma fachada. Na verdade, a Avaliação é feita mesmo pelos gerentes e supervisores. O montante que a Cemig possui para reajustar os salários deveria ser dividido entre todos os trabalhadores. Mas o que vemos atualmente são chefes dando aumento para quem eles querem. Em síntese, falta transparência nos resultados apresentados. Além disso, é preciso priorizar a discussão sobre a terceirização. Aqui no quarteirão 14, por exemplo, acho que quase 90% das atividades são executadas por empreiteiras. Isso é negativo e deve ser melhorado. O terceiro ponto é a distribuição da Participação nos Resultados, que a Cemig vai acabar fazendo igual ao amuênio, ou seja, fazer pressão sobre os trabalhadores para extinguir o benefício.

Evander Elias de Oliveira,
Eletricista de Manutenção –
SRE – Quarteirão 14

os índices determinados pelo governo. A Cemig paga um bom salário, porém recebemos vários benefícios periféricos, e isso é ruim na hora que o trabalhador se aposenta porque ele irá perder dinheiro. Precisamos também lutar por um aumento da Participação nos Resultados. A compra do amuênio pela Cemig fez com que os lucros da empresa caíssem um pouco, e isso irá se refletir na PR. Não foi divulgado para ninguém, mas nós ficamos sabendo através do Sindieletro que as quatro remunerações do ano passado foram concedidas em troca do amuênio. Uma terceira reivindicação seria uma melhoria nas condições de segurança dos trabalhadores próprios e terceirizados. Não custa priorizar um pouco mais essa questão. Atualmente, a terceirização é uma forte tendência no Brasil, já que os empresários querem sempre aumentar seus lucros.

Mauro Nogueira Couto, Técnico
de Manutenção Mecânica –
GT/LS – Quarteirão 14

Conselho Deliberativo do Sindieletro discute Campanha Salarial 2006



O Conselho Deliberativo do Sindieletro se reuniu nos últimos dias 25 e 26 para avaliação de conjuntura, discussão de cronograma e dos eixos da Campanha de Renovação do ACT 2006/2007, sistematização da pré-pauta de reivindicações, além de debater o Subprograma Odontológico e a Avaliação de Desempenho. Em breve o sindicato irá divulgar a pré-pauta no Chave Geral e realizar novas reuniões setoriais para discutir todas as reivindicações com a categoria. Depois disso, serão realizadas assembléias no estado para a aprovação da Pauta de Reivindicações.

ANS aponta irregularidades no Subprograma Odontológico

A terceirização do atendimento e a não aprovação do Subprograma pelo Comitê do PSI estão em desacordo com a legislação e colocam a Forluz numa posição de total ilegalidade

A diretoria do Sindieletro realizou uma reunião com o diretor-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Fausto Pereira dos Santos, e confirmou a ilegalidade da gestão terceirizada e a aprovação do Subprograma Odontológico pelo Conselho Deliberativo da Forluz. O coordenador-geral do sindicato, Wilian Vagner, a diretora da DRP, Cláudia Ricaldoni, representantes dos participantes no Comitê Prosaúde Integrado e AEA apresentaram a Fausto Pereira a forma como está sendo adotado o Subprograma Odontológico, expondo as dúvidas quanto à legalidade do processo.

Segundo ele, se o Acordo

do Prosaúde prevê a aprovação de qualquer subprograma do plano de saúde dos participantes ativos e aposentados da Cemig pelo Comitê do PSI, cabe fiscalização da ANS como também questionamento judicial. Ele também afirmou que a terceirização de planos de saúde de autogestão, como é o caso do Prosaúde, é proibida pela Resolução nº 05 do Conselho de Saúde Suplementar, de 04 de novembro de 1998.

Fausto Pereira solicitou das entidades representativas uma denúncia formal com o relato das irregularidades para que o órgão agilize a fiscalização do PSI e do seu Subprograma Odontológico, o que está

sendo providenciado pelo Sindieletro. O diretor-presidente da ANS afirmou ainda não entender o motivo da Cemig terceirizar o Subprograma Odontológico, lembrando que empresas como o Banco Itaú e a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro tinham planos terceirizados e, agora, decidiram criar suas próprias autogestões, em função dos custos mais baratos e melhor controle administrativo.

Para Wilian Vagner, os esclarecimentos obtidos na ANS, além de confirmar as irregularidades no Odontológico apontadas pelo Sindieletro, serve também de alerta para a diretoria da Cemig e da Forluz, que

permitem que as decisões encaminhadas pelo assessor Sérgio Augusto sejam adotadas à revelia da lei.

O diretor do Sindieletro e membro do Comitê do PSI, Arcângelo Queiroz, afirma que, além das irregularidades na implantação do Subprograma, existe um questionamento quanto à legalidade da criação de um novo plano. *“Existe uma resolução que determina que os fundos de pensão que já possuem um plano de saúde poderão mantê-lo, mas que proíbe a criação de novos planos ou programas de assistência à saúde. Com isso, a*



Fausto Pereira dos Santos, diretor-presidente da ANS

Forluz comete mais uma ilegalidade ao criar um ‘Programa Odontológico’, afirma.

O Sindieletro já ajuizou uma ação questionando o processo de implantação do Subprograma Odontológico. A ação foi distribuída para a 11ª Vara do Trabalho e será objeto de audiência no próximo dia 14 de setembro.

Ministro do Trabalho reforça críticas à truculência praticada pelo governo de Minas

Foto: Benedito Maia

Em visita a Belo Horizonte, dia 23, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, foi solidário aos trabalhadores da Cemig e a sua organização e lamentou que o governo Aécio Neves (PSDB) não esteja aberto ao debate com os movimentos populares. Marinho considerou preocupante a *“falta de diálogo social e de interação entre o poder público estadual e os movimentos sociais e sindicais e com a sociedade mineira”*, ao final da Plenária Sindical realizada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT-MG).

No encontro, lideranças sindicais apontaram o alto preço imposto pelo Choque de Gestão em Minas, citando como exemplo o fato dos professores da rede estadual receberem menos do que um salário mínimo (R\$ 350,00).

Diretores do Sindieletro



Visita do ministro Luiz Marinho a BH

denunciaram que o governo, através da direção da Cemig, trata com violência os movimentos sociais e sindicais. As

afirmações dos dirigentes sindicais e de Marinho irritaram o governador, que em entrevista aos jornais afirmou que o ministro veio à Minas *“incitar invasões de prédios públicos”*.

Para o coordenador-geral do Sindieletro, Wilian Vagner, o ataque de Aécio ao ministro confirma a sua truculência para lidar com críticas a sua administração. Wilian acredita que a acusação do governador é, também, um artifício para desviar o foco das denúncias de que, apesar do marketing, o Estado investe pouco na área social e menos ainda na valorização do servidor público.

“Infelizmente esse governo vai ser lembrado como o que teve a pior relação com os movimentos sociais e com a organização dos trabalhadores da história de Minas. Prova disso é que a Cemig, empresa pública, impede o contato da representação sindical com os trabalhadores e chega ao absurdo de colocar catraca no auditório onde serão discutidos temas de interesse dos eletricitários”, avalia o coordenador do Sindieletro.

Intolerância

Para o presidente da CUT-MG e diretor do Sindieletro, Lúcio Guterres, apesar de cultivar a imagem externa de cordialidade e de habilidade para conviver com a divergência, o governador começa a mostrar uma outra cara. *“A intolerância e o desrespeito com outras autoridades, como o ministro Mari-*

nho, revelam uma face perigosa para um político que é novo e tem pretensões eleitorais futuras. Infelizmente o que a representação sindical passa na Cemig, não é privilégio nosso”, destaca Guterres.

O presidente da CUT-MG cita que há denúncias de que o comando da Polícia Militar reprime os movimentos através de mandados arbitrários de prisões preventivas. Segundo Guterres, apesar da pressão da sociedade, a Justiça no Estado vive uma paralisia nos crimes contra os trabalhadores, como os fiscais assassinados em Unaí. *“Tudo isso acobertado pela imprensa mineira que deixou de cumprir seu papel ético. Felizmente a repressão e a truculência que atingem os movimentos mineiros começam a repercutir através do relato de autoridades federais”*, afirma.

Folha de São Paulo aponta irregularidades no governo de Aécio Neves

A Folha de São Paulo publicou, no dia 13 de agosto, matéria avaliando o governo de Aécio Neves (PSDB). A matéria trouxe à população revelações importantes. Na contramão do milionário marketing governamental e furando o cerco à imprensa mineira, o jornal apurou

que, em 2005, Minas Gerais tinha déficit fiscal de R\$ 2,9 bilhões e dívida com a União de R\$ 39,7 bilhões.

O jornal denuncia que o governo tucano maquiou gastos para cobrir o déficit de R\$ 1 bilhão na saúde. Segundo o Ministério Público Federal, Aécio

contabilizou “como gastos em saúde para a população despesas com a erradicação da febre aftosa e outras doenças de animais”.

A reportagem revelou que “em 2004, a SMPB, agência de Marcos Valério, fez campanha publicitária sobre o ‘déficit zero’, divulgando que, em apenas dois

anos, a gestão Aécio Neves teria eliminado todas as dívidas, o que não ocorreu”. O ex-secretário adjunto da Fazenda de Itamar Franco, Fabrício Augusto, diz que “a dívida tem se mantido numa trajetória de crescimento” e os autos da Ação do Ministério Público Federal confirmam

que “a verdade crua é que Minas Gerais tornou-se um contumaz sonegador de recursos à saúde, fato, aliás, reconhecido pelo próprio Tribunal de Contas do Estado”.

A Folha noticiou que o Programa Choque de Gestão foi patrocinado por empresas doadoras da campanha de Aécio. “Parte dos recursos veio de uma fundação com sede no paraíso fiscal de Delaware, nos EUA”.

Sindicato denuncia patrulha nas redações

Foto: Benedito Maia

O controle do governo sobre os jornais, rádios e tvs e as denúncias de afastamento de jornalistas por interferência do Palácio da Liberdade preocupam o presidente do Sindicato dos Jornalistas, Aloísio Lopes. Nesta entrevista ele avalia a relação do governo com a imprensa no estado.



Aloísio, presidente do Sindicato dos Jornalistas

Chave Geral-

Como é a relação governo e imprensa?

Aloísio Lopes– Recebemos muitas denúncias de interferência, do constrangimento aos jornalistas e do travamento de pautas sobre a administração estadual. Uma vez perguntei ao governador se ele tinha acordo empresarial ou político com os donos dos veículos em Minas, informação que ele não negou nem confirmou. Na cobertura dos assuntos estaduais raramente há espaço para o contraditório.

CG– Você pode dar um exemplo desta postura?

Aloísio Lopes– Na greve da PM, em 2004, lideranças do movimento foram praticamente alijadas dos jornais. Só foi mostrado o ponto de vista do governo, destacando a presença do Exército garantindo a segurança. Enquanto isso eu recebia telefonemas de colegas que não agüentavam mais a interferência na redação, afirmando que nem os editores tinham mais autonomia. A orientação era que tudo

ligado ao governo do estado passasse pela direção do veículo.

CG– Houve demissões por interferência do governo?

Aloísio Lopes– Sim, temos casos de jornalistas que foram demitidos e deram depoimentos gravados para o sindicato, como de um ex-diretor da Globo Minas e de um editor do Estado de Minas. O problema não é o número de demissões, mas a mordacagem imposta nas redações a partir dessas demissões.

CG– O objetivo seria criar a idéia de governo de consenso?

Aloísio Lopes– Sim, mas não existe consenso em Minas. O problema é que o dissenso não sai na mídia. O governo planejou essa situação, que começou antes da posse do governador; quando os veículos de comunicação apoiaram abertamente o PSDB.

CG– Quais os efeitos para a população?

Aloísio Lopes– Esta postura cria um clima perverso de auto-censura, que é pior do que a censura. O pior é a falta de autonomia que não deixa o jornalista garantir a liberdade de imprensa. Hoje a informação que a população recebe é pela metade, com apenas um lado da notícia.

CG– Esse cerceamento foi registrado em outros governos?

Aloísio Lopes– A relação incestuosa da mídia com governos sempre ocorreu, mas nesse nível nunca foi registrado em Minas. Colegas que atuavam nos anos 60 e 70 revelam que nem naquela época, da ditadura militar, a interferência era tão grande.

CG– Neste cenário, onde obter informação confiável?

Aloísio Lopes– É difícil responder. Acho que é preciso buscar alternativas pela internet, nos blogs e nos sites de entidades sociais e sindicais.

O falso consenso

A matéria ressaltou que em Minas falta “um debate amplo nos meios de comunicação sobre os acertos e erros da administração Aécio Neves”, informação confirmada pelo presidente do Sindicato dos Jornalistas em Minas, Aloísio Lopes. “O governador está blindado na mídia. Ninguém fala mal”, disse. A reportagem citou ação do sindicato junto ao Ministério Público Federal para apurar a suposta interferência do governo estadual em veículos de comunicação, com afastamento político de jornalistas.

Acostumado com o silêncio da imprensa mineira, Aécio se defendeu das acusações da Folha. Na resposta, dia 15/08, ele tentou desqualificar as fontes da reportagem, mas o jornal reafirmou que, além dos citados, a matéria sobre irregularidades no governo tucano se baseou em informações do Ministério Público Federal.

